



CURSOS TÉCNICOS DE LAZER NO BRASIL: CONFIGURAÇÃO, IDENTIDADE E POSSIBILIDADES

Carla Augusta Nogueira Lima e Santos, Hélder Ferreira Isayama

Estas primeiras reflexões são frutos da minha pesquisa de mestrado intitulada “O Currículo dos Cursos Técnicos de Lazer no Brasil: um estudo de caso da formação profissional” que tem como objetivo diagnosticar e analisar o perfil de formação profissional proposto por uma instituição que oferece curso técnico em lazer. Num primeiro momento já é possível mapear as instituições que oferecem a formação de técnico em lazer no Brasil, bem como, a legislação que norteia os mesmos. Já o contato com a bibliografia específica sobre Educação Profissional permitiu levantar questionamentos e estabelecer reflexões sobre a formação profissional no campo do lazer.

Percebe-se que, no Brasil, esforços vêm sendo reunidos para a sistematização e compreensão do fenômeno “lazer” o que, conseqüentemente, amplia os números de grupos de pesquisas, eventos científicos, publicações e periódicos (GOMES e MELO, 2003). Ressalto também o interesse de instituições em oferecer formação específica sobre o tema e, segundo Marcellino (2003, p.9): “além da inclusão de disciplinas específicas em lazer nos cursos de graduação, como turismo e hotelaria entre outros, já começam a surgir os primeiros cursos específicos de graduação e um número razoável de cursos técnicos”.

Gomes e Melo (2003, p.24) apontam alguns fatores que vêm desencadeando investimentos na área do lazer, incluindo os meios de formação profissional, são eles:

- 1-A compreensão de que o âmbito da cultura é um foco central de interesses para o campo do lazer, uma vez que se entende que o avanço tecnológico acabou por fortalecer o poder e o alcance da cultura de massa;
- 2-Compreensão de cultura inserida na lógica do consumo, com ênfase em produtos padronizados a serem digeridos de forma rápida e superficial, o que gera impactos diretos nas formas de organização social;
- 3-O aumento das iniciativas governamentais relacionadas ao lazer;
- 4-Os questionamentos acerca da assepsia da sociedade moderna, construída a partir da centralidade e valorização extrema do trabalho, categoria concebida como referência fundamental para os seres humanos.
- 5-O desenvolvimento de uma forte e crescente indústria do lazer e do entretenimento, apontada como uma das mais promissoras fontes de negócios na contemporaneidade.

Esses fatores sinalizam a ascensão do lazer e nos auxiliam a justificar a crescente oferta de processos de formação profissional nessa área. Na tentativa de melhor abordar a relação lazer/mercado/formação, Werneck (1998, p.47) pondera:

Essa importância do lazer é vinculada, sobretudo, à sua descoberta como essência de um fecundo e promissor mercado, capaz de gerar retornos



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

expressivos para aqueles que detêm as regras desse jogo social e político praticado em nosso contexto.

No entanto, não podemos negar que os investimentos da chamada “indústria do entretenimento e lazer” vêm ampliando o mercado de trabalho, por conseguinte, as possibilidades de atuação profissional nessa área. E visando suprir a necessidade desse mercado que necessita de uma mão de obra para atender à demanda, os mais variados cursos de lazer investem para formar de maneira rápida e técnica [na maioria das vezes] profissionais com habilidades específicas para atuarem nesses espaços. Preocupado com essa realidade, Isayama (2005, p.12-13) contextualiza os caminhos da formação profissional em lazer:

No Brasil, a formação profissional no âmbito do lazer vem se concretizando, principalmente, a partir de duas perspectivas: a primeira tem como ênfase a preocupação em formar um profissional mais técnico, que tem como orientação primordial o domínio de conteúdos específicos e metodologias. Nesse caso, a formação privilegia a familiarização com as práticas e as atividades que se apresentam no dia a dia do animador cultural. (...) A segunda perspectiva aponta como prioridade a formação centrada no conhecimento, na cultura e na crítica, que se dá por meio da construção de saberes e competências.

CONFIGURAÇÕES E POSSIBILIDADES

Com base no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil possuía, no ano de 2007, o total de 682.431 cursos técnicos distribuídos em seu território. Para visualizarmos a expansão dos mesmos, basta comparar com o último censo de 2008; nele é apontado o montante de 927.978 cursos dessa natureza. Sendo que, desse total, Minas Gerais e São Paulo lideram as estatísticas com 114.092 e 307.498 cursos, respectivamente.

Os cursos técnicos, enquanto categoria de ensino, foram organizados do ano de 2000 a 2007 com base nos “Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico” proposto pelo Ministério da Educação (MEC). Os cursos foram divididos em vinte áreas profissionais, a saber: Agropecuária; Saúde; Meio Ambiente; Design; Artes; Comércio; Comunicação; Construção Civil; Geomática; Gestão; Imagem Pessoal; Indústria; Informática; Mineração; Química; Turismo e Hospitalidade; Recursos Pesqueiros; Telecomunicações; Transportes e a área profissional denominada *Lazer e Desenvolvimento Social*.

No entanto, constatou-se uma proliferação desses cursos, dificultando a padronização de títulos, nomenclaturas, bem como o planejamento político, pois tudo ocorria de forma desorganizada. Diante disso, cria-se, no ano de 2008, o parecer CNE/CEB nº 11/08 com a proposta de instituir o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Para justificar a importância desse catálogo o parecer aponta:



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

Este Catálogo proporcionará um adequado mapeamento da oferta da educação profissional técnica de nível médio, desde a implantação das diretrizes curriculares nacionais, e possibilitará a correção de distorções, bem como fornecerá importantes subsídios para a formulação de políticas públicas respectivas (BRASIL, 2008).

Assim sendo, em 2008 foi aprovado o catálogo contendo doze eixos tecnológicos. São eles: Ambiente, Saúde e Segurança; Apoio Escolar; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Produção Industrial; Militar; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Recursos Naturais e o eixo tecnológico denominado *Hospitalidade e Lazer*.

De acordo com o catálogo, o eixo tecnológico “Hospitalidade e Lazer” compreende:

Tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, à hospitalidade e ao lazer (BRASIL, 2008).

Esse eixo apresenta, ainda, uma subdivisão com as seguintes denominações: Agenciamento de Viagens; Cozinha; Eventos; Guia de Turismo; Serviços de Restaurante e Bar; Hospedagem e *Lazer*.

As instituições que oferecem cursos referentes a essas subdivisões são cadastradas no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)¹, uma “ferramenta” de consulta pública que disponibiliza informações sobre o ensino profissional no território nacional, e constam nesse sistema somente os cursos regulamentados pelo MEC.

Sendo assim, ofertam cursos de Técnico em Lazer no Brasil, as seguintes instituições: *Centro de Educação Profissional do Amapá- Macapá; Instituto Federal do Maranhão – Campus São Luiz, Centro Histórico; e Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Pinheiral.*

No entanto, vimos que o eixo “Hospitalidade e Lazer” apresenta outras oportunidades de formação como guia de turismo e organizador de eventos. Apesar de entender essas áreas como possibilidades na formação do profissional em lazer, estou considerando apenas os cursos específicos em lazer, uma vez que os demais apresentam foco em serviços operacionais em recepção, etiqueta, ornamentos, no caso dos cursos em técnico de eventos, e em serviços voltados para técnicas de hospedagem, alimentação e viagens, quando se trata de cursos técnicos em guia de turismo. Já os cursos de lazer dessa natureza são voltados, na maior parte das vezes, para animação cultural nas questões de planejamento, execução e avaliação do lazer.

¹ Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br>>. Acesso em 15 jan. 2010.



É importante ressaltar que os cursos que formam profissionais em lazer, assim como outros cursos técnicos no Brasil, por se apresentarem com nomenclaturas variadas, tiveram o ano de 2009 para se adequarem ao novo Catálogo do Ministério da Educação, não só em termos de nome como também de formato. Para tanto, o MEC desenvolveu uma *Tabela de Convergência*² de forma que cursos com denominações variadas como, Técnico em Animação Cultural, Técnico em Recreação e Lazer, entre outros³, adotaram a nomenclatura única de *Técnico em Lazer*. Porém, “A tabela apresenta apenas um referencial com a intenção de ajudar as escolas na importante adequação da denominação do curso para a denominação adotada nacionalmente”, uma vez que é preciso levar em consideração o projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008).

Com o novo Catálogo, os componentes curriculares dos cursos devem estar de acordo com os objetivos e peculiaridades de cada eixo. O eixo “Hospitalidade e Lazer” apresenta algumas características como forma de nortear os currículos:

São traços marcantes da organização curricular destes cursos: ética, educação ambiental, normas técnicas e de segurança, historicidade, empreendedorismo, redação técnica, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade (BRASIL, 2008).

Eleger o que faria parte ou não das orientações curriculares desses cursos, mais especificamente aqueles do eixo Hospitalidade e Lazer, baseou-se nos conhecimentos e experiências de um grupo de pessoas. Assim, encontramos questões que norteiam o processo de construção curricular: “O que deve ser ensinado?” e “Que profissional deve ser formado?”.

Nesse contexto, esclareço que a análise desta pesquisa, em andamento, tem como foco as questões curriculares que permeiam um destes cursos técnicos de lazer, levando em consideração algo além da grade curricular, dos conteúdos e das disciplinas, no intuito de identificar o trato com o lazer no interior desse curso, bem como o perfil da formação profissional.

O TÉCNICO EM LAZER: identidade e conflitos

Quando precisamos resolver uma tarefa em que não temos conhecimento específico, solicitamos um técnico. Um técnico em informática, um electricista, um mecânico. Na verdade precisamos de alguém com um conhecimento específico capaz de solucionar determinada tarefa. Alguém detentor de um certo conhecimento e habilidade. Para Maia (2003) um técnico possui a virtude de “dominar assuntos e de ser profundo

² “A tabela lista as denominações a serem utilizadas nacionalmente para os cursos técnicos brasileiros e as denominações anteriormente empregadas no país” (BRASIL, 2008).

³ Técnico em Animação; Técnico em Lazer e Qualidade de Vida; Técnico em Lazer e Esportes; Técnico em Lazer e Desenvolvimento Social.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

conhecedor das técnicas de resoluções de problemas. Portanto um técnico na essência da palavra” (p.83).

O técnico domina sua profissão, afinal, foi formado para isso. Sua formação foi calcada pelo Decreto 2.208/97 que implantou a “Reforma do Ensino Técnico” visando o “domínio das técnicas de execução de atividades e tarefas, no setor produtivo e de serviços, e, portanto, a uma formação meramente técnica” (OLIVEIRA, 2000). Na maioria das vezes o técnico é relacionado à parte prática do cumprimento de tarefas, à prestação de serviços e ao trabalho manual/braçal, diferentemente dos profissionais de curso superior, àqueles voltados para o trabalho de orientar, fiscalizar, organizar, criar, avaliar, ou seja, mais vinculado ao trabalho intelectual. Silva e Torres (2006, p.80) em pesquisa sobre o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de Ribeirão Preto – SP, publicaram a fala de um entrevistado na qual expressa essa comparação:

Nossas fábricas sempre em desenvolvimento, necessitam de profissionais em todas as áreas porque os universitários (engenheiros, químicos, etc.) orientam, mas, o sucesso do empreendimento está na mão de obra técnica, ligada diretamente ao produto.

Essa dicotomia intelectual/ manual e teórico/prático vai ao encontro das necessidades do mercado de trabalho como podemos identificar na fala de um entrevistado da pesquisa de Silva e Torres (2006, p.83):

O mercado de trabalho, hoje, exige uma qualificação; os cursos superiores são caríssimos, longos e exaustivos na parte teórica exigindo do profissional mais tempo dedicado à leitura, que, para quem trabalha, fica difícil conciliar e acompanhar na plenitude, por isso o ensino técnico assume um papel importante.

Vale ressaltar que essa dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual foi algo historicamente construído. No período pós escravidão, por exemplo, a mão de obra escrava foi substituída pela livre. Se num momento tinha-se pessoas que eram “predestinadas” à servir e à realizar o trabalho árduo, num outro momento tinha-se pessoas livres que tinham que ser “educadas” para o trabalho. Como convencer os homens livres a se tornarem assalariados uma vez que não teriam mais os escravos como força de produção? A escola foi o elemento chave para difundir a ideologia do trabalho como um dever.

De acordo com Cunha (2000) intelectuais da época sugeriram o ensino diferenciado para cada classe: “um tipo de ensino para a elite, outro para a classe abastada” (p.155). Para estes, a proposta era de um ensino profissional calcado na moralização e na aprendizagem de alguma habilidade, para os primeiros, o ensino seria voltado para o aprimoramento intelectual visando o ensino superior.

Exemplo disso foi a criação do “Asilo de Meninos Desvalidos” criado no Rio de Janeiro em 1875 pelo então ministro do império João Alfredo. Segundo Cunha (2000) este estabelecimento de ensino tinha o objetivo de propiciar a melhoria das classes



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

operárias favorecendo a educação para o trabalho. Dessa forma: “O ensino profissional deveria evitar dois perigos: um seria o ensino de *simples teorias* conteúdo impróprio desse sucedâneo do ensino universitário e o outro seria das *perigosas utopias*” (CUNHA, 2000 apud ALMEIDA, 1889⁴). Cria-se assim uma divisão social da educação e do trabalho em que uma minoria irá desempenhar responsabilidades de maior complexidade e a outra maioria irá se dedicar à execução e cumprimento de tarefas de caráter menos complexo e mais braçal.

No entanto, quando se trata de em um técnico em lazer pensamos na mesma lógica: um profissional capacitado a lidar com os saberes/fazer do lazer. Pensamos em denominações como monitor e recreador, como também pensamos naquele que vai a campo para a execução de determinado trabalho. Muitos vêem esse profissional como um mero especialista⁵ reduzido ao ato de realizar/executar tarefas sem nenhuma participação na elaboração e/ou avaliação dessas.

Pensar o lazer enquanto uma “dimensão cultural da vida humana”, como sugere Gomes (2004) e que esse envolve diferentes relações com tempo, espaço, conteúdos e possibilidades nos leva a questionar um técnico em lazer para além da racionalidade técnica⁶ ou racionalidade instrumental⁷. Giroux (1997) alerta para a fragmentação dos estudos culturais sendo que para ele, pensar a cultura em campos especializados compromete o pensar crítico político e social. Essa concepção vai ao encontro do entendimento do lazer enquanto um fenômeno interdisciplinar capaz de acolher diferentes profissionais com suas respectivas habilidades. Nesse sentido, Marcellino (2006, p.94-95) pondera sobre possíveis riscos na formação/atuação de profissionais do lazer: “Deve-se ainda considerar a tendência dos técnicos ao isolamento na sua área específica de atuação, consequência bastante desastrosa no caso do lazer, uma vez que ele não restringe a um único conteúdo cultural”.

Sendo assim, seria possível pensar em um técnico com tantos conhecimentos específicos? Com domínio de habilidades diversas em um curto período de formação? Qual perfil, saberes e fazeres competem a um técnico em lazer?

Em se tratando dos objetivos dos cursos técnicos de lazer, Maia (2003) elenca os geralmente pretendidos ao final do curso:

1-Instrumentalizar o profissional para elaborar, executar e avaliar projetos de lazer, realizados em parcerias, convênios e iniciativas das comunidades, objetivando atender aos mais diferentes segmentos da sociedade;

⁴ José Alfredo Pires exercia cargo público em 1889 onde publicou um livro sobre o ensino público no Brasil.

⁵ Marcellino (2006) faz uma crítica a formação e a atuação dos especialistas em lazer que por vezes assumem o papel de meros tarefistas a serviço da execução e reprodução de atividades.

⁶ Shon (2007)

⁷ Giroux (1997) entende por racionalidade instrumental uma pedagogia tecnocrática que dá ênfase aos aspectos instrumentais e pragmáticos que acabam por desvalorizar ou minimizar os aspectos críticos e intelectuais.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

2-Qualificá-lo para atuar na sociedade em permanente transformação cultural e social, utilizando-se do conhecimento técnico e científico e de sua aplicabilidade na realidade social;

3-Capacitá-lo para implementar políticas públicas participativas, construídas coletivamente, balizadas pelos princípios de proteção, conservação e preservação do patrimônio histórico-cultural e dos recursos naturais, compatibilizando-os com o desenvolvimento social e as vivências do lazer;

4-Coordenar programas, projetos e eventos de lazer norteados pelos princípios da honestidade, da ética e da transparência administrativas;

5-Qualificá-lo na perspectiva interdisciplinar, compreendendo as diversas interfaces que interferem na vivência do lazer e as diferentes áreas do conhecimento, que proporcionam uma compreensão ampla do fenômeno do lazer.

Dessa forma, Maia (2003) entende que o perfil do profissional que atua ou quer atuar na área deve estar vinculado a alguns fatores:

Um técnico em lazer deve ser um profissional qualificado e antenado com as transformações ocorridas no mundo, como também um profissional que visualize o potencial da vivência do lazer para o desenvolvimento pessoal e social, identificando-o como um aspecto significativo da vida humana (p.93).

Para que o profissional alcance este perfil Maia (2003) enfatiza a necessidade de uma sólida formação cultural, social e política. Para ele, essa formação proporcionará ao profissional:

Uma atuação pautada numa visão ampla de aspectos que estão subjacentes à sua intervenção, como o dilema existente entre massificação de cultura, pautada na indústria cultural, com sua lógica de consumismo, do modismo, do individualismo e do status, tão em voga na vivência do lazer em nossa sociedade, e o entendimento da difusão e criação culturais, balizado na identidade cultural como âncora do saber-fazer que considere e respeite a produção própria de cada segmento social e comunitário. A cultura como aglutinadora de conflitos é ao mesmo tempo eixo norteador da identidade e do equilíbrio entre os homens, como também pode se transformar num processo de pulverização do ser humano político-social.

A preocupação de Maia (2003) em pensar uma formação profissional para além das exigências do mercado e para além de uma formação voltada meramente para aprendizagem de técnicas é também abordada por autores da Educação Profissional⁸ que defendem uma formação que não seja somente a do domínio técnico. Em suma, defende-se uma educação tecnológica que envolveria também:

o compromisso com o domínio, por parte do trabalhador, dos processos físicos e organizacionais ligados aos arranjos materiais e sociais, e do conhecimento aplicado e aplicável pelo domínio dos princípios científicos e tecnológicos próprios a um determinado ramo da atividade humana (OLIVEIRA, 2000, p.42).

⁸ Oliveira(2000), Manfredi (2002), Ferretti (2000), Frigoto(2000)



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

Em seu texto, Oliveira (2000) diferencia ensino técnico de ensino tecnológico em que o primeiro se detém ao ensino de práticas e habilidades e o segundo se preocupa com uma formação geral de competências técnicas e intelectuais, ou seja, uma formação técnica somada a uma formação cidadã. Ou seja, os técnicos devem sim desenvolver e aprimorar habilidades que conjugam sua profissão, no entanto, devem ter uma formação suficiente para entender, ao menos, o contexto em que vive, se forma e trabalha.

No entanto, as relações do ensino técnico com o mercado estão cada vez mais expressivas. Fica claro que o objetivo é de formar o indivíduo para atender a demanda do mercado. Para isso, devem-se formar de maneira prática e rápida indivíduos técnicos o suficiente para preencherem a realidade do mercado de trabalho. A proliferação de escolas de cursos técnicos é acompanhada de propagandas que evidenciam essa estreita relação ensino/mercado. Anúncios como “O mercado está esperando por você”, “Prepare-se para o mercado”, “Seu emprego está aqui” revelam uma formação meramente técnica voltada para o domínio de determinadas habilidades para execução de tarefas e serviços no setor produtivo. É o mercado determinado o ensino.

Exemplo dessa relação é o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) criado em 1942 para qualificar mão de obra diante do crescimento industrial da década de 40. De acordo com Silva e Torres (2006, p.72) “durante o primeiro quinquênio de atividade o SENAI dedicou-se a suprir as demandas urgentes; assim, foi criada uma série de cursos rápidos que eram ministrados nas próprias fábricas”.

Nesse sentido, Oliveira (2000, p.42) nos alerta para essa relação educação/mercado e defende que “a educação não seja equacionada nos limites da modernização econômica do país e dos interesses empresariais, reduzindo direitos à educação aos imperativos do mercado de trabalho”. Mas para Maia (2003, p.96-97) o técnico em lazer já ingressa no processo de formação com algumas limitações:

- 1-Visão parcial e limitada do fenômeno lazer, quase sempre relacionado a simples brincadeiras e passatempos;
- 2-Conhecimento cultural balizado por vivências de lazer como produto e mercadoria exclusivos da indústria cultural;
- 3-Pouquíssimas experiências inovadoras no âmbito da produção e da difusão culturais;
- 4-Procura pelo curso por considerá-lo semelhante aos cursos de educação física e/ou turismo.

Contudo, Maia (2003) aposta em um processo de ensino técnico capaz de reverter esse quadro, afinal de contas o “processo educativo é dinâmico e surpreendente, possibilitando aos envolvidos, aos professores e alunos, um permanente questionar, refletir, recuar e avançar em busca de novos horizontes” (p.97).

Enfim, estas são as primeiras reflexões referentes ao nosso estudo. Trazê-las para esse espaço acadêmico nos permite refletir, debater e dialogar sobre esse tema ainda



incipiente no campo do lazer. Continuamos, no entanto, a buscar elementos para entender como se processa a formação de um técnico em lazer, quais concepções balizam sua formação e a que ela se pretende. Interpretar os elementos envolvidos no currículo de formação dos técnicos em lazer está permitindo compreender o perfil, os conflitos e a identidade destes profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC/INEP. 2007. Cursos Técnicos no Censo Escolar 2007. Brasília, MEC/SETEC.

BRASIL. MEC/INEP. 2008. Cursos Técnicos no Censo Escolar 2008. Brasília, MEC/SETEC.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 11/2008. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 11/2008. Tabela de Convergência. In: *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata* – São Paulo: editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

GIROUX, Henry A.. et al. A necessidade de Estudos Culturais. In: GIROUX, Henry A.. *Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Christiane Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, 2003.

GOMES, Christiane Luce (org.); *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 119-125.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Um olhar sobre a Formação Profissional no Lazer. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 11-19, 2005.

MAIA, Lerson Fernando dos Santos. A formação de Técnico em Lazer e suas Possibilidades de Atuação e Intervenção em Políticas Públicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução*- 4ª Ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

MARCELLINO, Nelson Carvalho. A Formação e o Desenvolvimento de Pessoal em Políticas Públicas de Lazer e Esporte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no Mundo do Trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/08). Diferenças entre formação técnica e tecnológica. In: *Revista Educação & e Sociedade*, ano XXI, nº 70, 2000.

SILVA, Adriana Virgínia da; TORRES, Júlio César. Educação Profissional e Mercado de Trabalho: o SENAI – Ribeirão Preto/ SP. In: FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan; COSTA, Alessandra David Moreira da; SICCA, Natalina Aparecida Laguna (orgs.). *Currículo, História e Poder* – Florianópolis: Insular, 2006.

WERNECK, Christiane Luce Gomes. Lazer e Formação Profissional na Sociedade Atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios da área. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 47-65, 1998.